

CORONELISMO E CONFLITOS POLÍTICOS EM SANTA MARIA (1889-1930)

MÁRCIO ALEX CORDEIRO BIAVASCHI¹

Resumo

Neste artigo busco analisar as relações de poder entre Borges de Medeiros e os poderes locais coronelistas no Rio Grande do Sul. Através da análise deste, procuro questionar a imagem do PRR como um bloco monolítico, uma vez que observo a constante ocorrência de cisões políticas internas que fracionavam o partido regionalmente. No município de Santa Maria, as facções apresentavam adversidades inconciliáveis em suas lutas políticas, no intuito de formatar os poderes locais coronelistas ao seu poder Borges de Medeiros utilizou-se destas pessoas ou facções políticas.

Palavras-chave: relações de poder, imprensa, Santa Maria.

Abstract

This paper, I look for the analysis of the power relationships between Borges de Medeiros and the local colonelist's forces in Rio Grande do Sul. Through the analysis of this, I try questioning the image of PRR as a monolithic block, once I observed the constant occurrences of internal political cisions which divided the party regionally. In the city of Santa Maria, the factions presented unreconcilable disparities in their political struggles, in order to format the local colonelist forces under their power; Borges de Medeiros has made use these people or political factions.

Key words: power relationships, press, Santa Maria.

“O dr. Borges não tolera intendentes e chefes políticos que queiram ser forros, que queiram ser cidadãos”. Com esta afirmação o jornal santa-mariense *Gaspar Martins*, de 2 de fevereiro de 1925, ilustra as relações de poder entre Borges de Medeiros (1864-1961) e os coronéis no interior do Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Ao contrário daquilo posto na Constituição Estadual de 1891, a autonomia municipal jamais foi respeitada na plaga gaúcha. A cooptação dos coronéis, iniciada por Júlio de Castilhos (1860-1903) foi continuada após sua morte, como uma estratégia de apaziguar os ânimos daqueles grupos que não concordavam que Borges assumisse e chefiaria partidária junto com o governo estadual, representando uma aliança de compromissos entre o poder estadual e os coronéis, responsáveis pela sustentação da chefia borgista (1898-1907/1913-1928). Borges controlava as atividades coronelistas, tolerando e até mesmo incentivando o fracionamento partidário como forma de ter barganha política nos municípios, ao manter alguns partidários, mesmo que aliados tradicionais, por períodos afastados das cercanias do poder local, de modo que outros eram guindados, ainda que sem muito prestígio aparente.

No âmbito rio-grandense da Primeira República, torna-se necessário analisar até que momento o borgismo, ao utilizar a for-

¹ Professor licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Maria e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com Dissertação defendida em julho de 2004, sob a orientação da professora doutora Margaret Marchiori Bakos, intitulada: *Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: o caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*; com apoio financeiro indispensável da CAPES.

ça política coronelista, buscou não apenas articular-se com ela, intervindo nos âmbitos locais; mas, com intensidade semelhante, apoiar-se na propagação e aceitação de seu discurso, principalmente através da imprensa enquanto espaço privilegiado de comunicação social na esfera pública, ao dar voz a diversos setores, classes ou categorias emergentes, bem como das diversas dissidências partidárias ao emitir a suas falas e disputas políticas.

Os jornais de orientação política foram meios formadores de opiniões e de lideranças partidárias, sustentando disputas políticas entre facções opostas e as rupturas internas dos partidos, expondo os conflitos dos grupos políticos locais através das suas páginas, sendo para o historiador uma fonte histórica que expõe os contornos dos acontecimentos históricos conforme o posicionamento dos sujeitos envolvidos naqueles fatos, revelando os constantes confrontos entre facções políticas no interior do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).²

A importância da imprensa político-partidária deve-se à análise de suas representações simbólicas, enquanto percepção de que o social e seus discursos jamais se dão de forma neutra. Realizar uma análise das relações de poder coronelistas no espaço social santa-mariense, por meio das representações das disputas políticas impressas nos jornais daquele período, torna-se um modo de encontrar os pontos de confronto entre os distintos partidos ou facções políticas inseridas em um dado campo político.³

Tais pontos podem ser evidenciados em Santa Maria, principalmente nos episódios de 1890, com o assassinato de Felipe Alves de Oliveira; em 1904, com as primeiras desavenças do borgismo com o PRR local; em 1907, com a dissidência de grande parte do PRR local em favor de Fernando Abbott; em 1917, com a greve ferroviária; em 1918, com o empastelamento do jornal *Correio da Serra* e a decorrente renúncia do intendente Astrogildo de Azevedo; em 1919, com o assassinato do advogado Arthur Verney e em 1926, com a cassação do mandato intencional de Carlos Alberto Ribeiro Tacques. Todos estes episódios representam momentos em que os meandros pelos quais se desenvolvia a política local vinham à tona, possibilitando ao historiador observar o *modus vivendi* coronelista em Santa Maria.

Os jornais partidários de Santa Maria, nestes episódios, ao expressar o descontentamento das rupturas partidárias, acabaram estampando em suas páginas os conflitos abertos das facções locais do PRR. As disputas políticas locais, como as acusações e insultos de caráter pessoal, provinham desde o final do período imperial, sendo que no final daquele regime e ao iniciar o republicano circulavam na cidade dois jornais republicanos (*O Combatente*, que existiu de 1887 a 1907 e *O Popular*, de 1888 a 1891) e, em seguida, o *14 de Julho* (1892) e um liberal (*A Província*, que existiu de 1886 a 1890), além de um periódico literário (*O Porvir*). Já em 11 de agosto de 1890, Felipe Alves de Oliveira, proprietário do jornal *A Província*, e Delegado de Polícia neste momento de ascensão do general Cândido José da Costa ao poder estadual, foi assassinado tendo em vista desentendimentos políticos

² Conforme ALVES, 1999, p. 248: “Em se tratando de pesquisas abordando a história política, o papel da imprensa avulta em importância, tendo em vista o caráter em geral lacônico que caracteriza muitos dos documentos oficiais no que tange às disputas e aos confrontos de natureza político-partidária. Nos jornais, ao contrário, esses conflitos encontram seu espaço de propagação, chegando o jornalismo a servir como elo ou agente de combate entre diferentes tendências político-ideológica”.

³ Cf. CHARTIER, 1990, p. 17: “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (...) que tendem a impor uma autoridade à custa de ou-

tros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

naquele conturbado início de República, em um episódio da História local ainda carente de uma apreciação acadêmica mais detalhada.⁴

Os conflitos borgistas em Santa Maria prosseguem em 1904, quando o coronel-intendente Henrique Pedro Scherer, ao sair “*das boas graças do PRR*”⁵, renunciou ao seu mandato por imposição de Borges de Medeiros, por haver este dissolvido a comissão executiva local do Partido Republicano, que era composta pelo próprio Scherer, além dos coronéis José Penna de Moraes, Antero Corrêa de Barros, Ramiro de Oliveira e Henrique Druck. Renunciaram, ou foram forçadas a renunciar, também os conselheiros e demais autoridades públicas municipais.

Em 1907, a dissidência de Fernando Abbott conseguiu o apoio da maior parte do PRR em Santa Maria, fazendo com que Borges de Medeiros promovesse aliados seus a postos-chaves do poder público local. Dentre essas nomeações, destaca-se a do coronel Ramiro de Oliveira que, até aquele momento sub-chefe regional de polícia, acaba tornando-se um elemento-chave na política do PRR santa-mariense, fazendo-se presente em todos os movimentos partidários daquele momento em diante.

As condições em Santa Maria eram amplamente desfavoráveis para o borgismo naquela eleição, principalmente devido ao fato de que o único jornal do PRR no município, *O Estado* (surgido em 1898, circulando até 1907), da propriedade do chefe partidário local, o coronel Antero Corrêa de Barros, enveredou em favor da campanha abbottista. Ao deixar os aliados à candidatura Carlos Barbosa sem voz na imprensa, tornou-se necessário fundar outro jornal que combatesse a dissidência local. Papel que coube ao periódico *A Tribuna*, surgida em 1907 e que, posteriormente (1911), se trans-

formaria no *Diário do Interior* que, por sua vez, circularia até 1939.⁶

Os fatos ocorridos em 1907 são ilustrativos da maneira pela qual se davam os conflitos entre as facções partidárias, ao demonstrar a imagem que a dissidência de Fernando Abbott possuía aos olhos daquele grupo de coronéis fiéis ao borgismo. Ilustra este fato o episódio em que uma comissão da candidatura Abbott, encabeçada pelo coronel líder da dissidência local, Antero Corrêa de Barros, aliado com os federalistas Raphael Cabeda e Pedro Moacyr, procura realizar conferência eleitoral em Santa Maria, provocando um grande tumulto relatado pelo coronel fiel a Borges, Ramiro de Oliveira: “*É preciso que reconheçam que somos depositários da lei, e ao mesmo tempo partidários moderados e intransigentes. Somos os conservadores contra a demagogia (...) Quero ver se dou cabo com as conferências nesta terra, a propósito do célebre movimento democrático*”.⁷ O coronel Ramiro de Oliveira, sempre que possível, procurava demonstrar, ao seu líder, que a campanha dissidente de 1907 como algo desprovido de importância ou de caráter efêmero, ao mesmo tempo em que lhe pede auxílio no combate a ela:

Não teve importância essa manifestação, cuja concorrência foi motivada pela curiosidade de todos. Estes aqui têm procurado criar entraves de toda a natureza à minha ação partidária, mas tenho feito tudo ao meu alcance. Por isso é urgente a efetividade do que combinamos. Aqui realmente é o ponto escolhido para as agitações e como sabeis precisamos de medidas hábeis à comunhão em geral. Como vos disse, preciso vencê-los a golpes de serviços de utilidade pública.⁸

⁶ Cf. RIBEIRO, *Op cit.*

⁷ Carta de Ramiro de Oliveira a Borges de Medeiros (n. 7881, Fundo Santa Maria, 30/04/1907 – Arquivo Borges de Medeiros/ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – ABM/IHGRS).

⁸ Carta de Ramiro de Oliveira a Borges de Medeiros (n. 7883, SM, 07/05/1907 – ABM/IHGRS): grifos do remetente.

⁴ Cf. DAUDT Fº, 2003, p. 80-103; RIBEIRO, 1992, p.103-104.

⁵ TORRONTEGUY, 1992, p. 50.

INA SANTA MARIA DE 1907, o coronel Ramiro de Oliveira intercede junto a Borges solicitando sua intervenção junto a Companhia ferroviária em favor de seu sogro, o major João Baptista Niederauer, num processo de compra de terreno para a construção de oficinas e uma vila operária para os ferroviários, em detrimento da família Brenner, “*toda ela adversária de nossa situação*”⁹, referindo-se ao embate político contra a dissidência de Fernando Abbott. Tal fato comprova a permanente intersecção entre os campos da vida pública e o da privada naquele contexto coronelista, além do fato de que “*a ferrovia representava oportunidades de negócios para os empreendedores locais, que deles procuravam se apropriar através do tráfico de influências*”.¹⁰

Outra discordância entre os coronéis locais e o borgismo ocorreu em abril de 1914, o intendente municipal Manoel Viterbo de Carvalho e Silva, ocupando este cargo de forma provisória, tendo sido nomeado por Borges de Medeiros em 1912, renuncia ao seu mandato, que iria até 1916, devido ao fato de ter perdido uma *queda de braço* com Borges por haver este dado licença para continuar o funcionamento de uma charqueada que o intendente havia fechado.

Podemos propor por base das divergências internas do PRR em Santa Maria as relações dos coronelistas locais com a Viação Férrea, empresa que representava uma grande oportunidade de negócios para os empreendedores locais, servindo como ponto de constante desarmonia entre os coronéis do município. Os conflitos partidários locais foram intensificados quando da transferência e centralização dos escritórios da empresa arrendatária belga, a *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, para Santa Maria, em 1905, devido ao fato de Borges de Medeiros indicar vários de seus protegidos no município para cargos naquela empresa, o que, naturalmente, não satisfa-

ria a totalidade dos interessados em tais cargos.

O próprio diretor daquela Companhia, Gustave Vauthier, alcança grande prestígio social em Santa Maria, como não poderia deixar de ser em um ambiente impregnado por relações de caráter marcadamente personalista, na qual a sua presença foi, constantemente, requerida como mais uma possibilidade de conseguir empregos ou transferências, tendo em vista o seu acesso à figura de Borges de Medeiros. Contudo, o verdadeiro ponto de discórdia entre os partidários do Partido Republicano surge quando Borges cria a Comissão de Fiscalização da Rede da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ambiente de divergências entre os coronéis locais, o governo estadual e a concessionária belga.¹¹

A criação deste órgão de fiscalização, não apenas da Viação Férrea, mas também das relações de poder coronelistas em Santa Maria, correspondeu a uma tentativa de Borges de Medeiros de formar um aparato burocrático de sua confiança que pudesse manter-se afastado da influência dos meandros da política local.¹² A empresa concessionária da Viação Férrea e os coronéis santamarienses possuíam estreitas relações, de modo que aquela empresa não conseguiu ausentar-se da rede de compromissos coronelistas que preenchia toda a estrutura do campo político da sociedade rio-grandense acabando, muito ao contrário,

¹¹ Esta comissão, segundo AXT, 2001, p. 189-190: “*reuniu um grupo de engenheiros diretamente nomeados por Borges, parte dos quais rapidamente se converteu em olheiros da política local, repassando ao líder republicano relatórios periódicos do comportamento das facções dominantes do partido. A confortável condição de burocratas com boa formação intelectual e em contato direto com Borges de Medeiros, guindou alguns comissionados mais dispostos à política a posições de destaque no convívio partidário local*”.

¹² Aos ocupantes destes cargos caberia “*a especificidade dos campos burocráticos como espaços relativamente autônomos de posições institucionalizadas, reside na capacidade, que constitui essas posições (...), de conseguir que os seus ocupantes produzam todas as práticas inscritas na definição do posto, através do efeito direto e visível (...) dos regulamentos (...), e, sobretudo, por intermédio do conjunto de mecanismos de vocação-cooptação que contribuem para ajustar os agentes ao seu posto ou, mais precisamente, as suas atitudes às suas posições; e, em seguida, de conseguir que a essas práticas, e somente a essas, seia reconhecida uma certa autoridade estatutária*”:

⁹ Carta de Ramiro de Oliveira a Borges de Medeiros (n. 7904, SM. 06/10/1907 – ABM/IHGRS).

desempennando uma função desestabilizadora da política local e, até mesmo, regional.

Com o contexto de crise econômica e estrutural da Viação Férrea, devido à Primeira Guerra Mundial, a ocasionar a precariedade dos serviços prestados, houve a repercussão no operariado que, aliado ao movimento grevista geral de 1917, paralisou as suas atividades em duas oportunidades: do dia 31 de julho a 9 de agosto e do dia 16 de outubro a 3 de novembro daquele ano.¹³ Após a incorporação da Viação Férrea à rede da *Brazil Railway* em 1911, com a transferência dos escritórios da empresa para Porto Alegre, na intenção de esquivar-se ao âmbito de relações coronelistas, aliado ao descontentamento geral com a elevação das tarifas ferroviárias, favoreceram as pretensões do discurso intervencionista de Borges de Medeiros naquele setor, impedindo o monopólio daquele setor imprescindível à escoação da produção, deixada exclusivamente nas mãos de uma empresa estrangeira.

Aqui prestaremos mais atenção ao segundo movimento grevista, pela grande repercussão nos meios coronelistas e na vida política de Santa Maria. Entre as reivindicações dos ferroviários, salienta-se o aumento salarial, exigência de melhores condições de trabalho, além do retorno dos escritórios da Viação Férrea de Porto Alegre para Santa Maria. Os grevistas apresentaram-se desprovidos de ideologias revolucionárias, como o anarquismo, ou desconectados diretamente da oposição federalista, o que facilitou ao operariado ferroviário conseguir o apoio do setor comercial local e também dos grupos dirigentes coronelistas.¹⁴ Esta greve

provocou, ao envolver os funcionários de Santa Maria em número de cerca de 400, vários episódios de depredações, animosidades com o Inspetor Geral da Companhia e confrontos com forças militares federais, tendo em vista a não intervenção da Brigada Militar na repressão ao movimento.¹⁵

Borges de Medeiros, ao agir em nome da insatisfação de produtores e comerciantes, conseguiu cooptar grande parte da opinião pública estadual e de parte do operariado, ao servir como intermediário entre os grevistas e a empresa concessionária, fazendo-os crer que o setor não se manteria sem seu auxílio, criando um consenso em torno do intervencionismo estatal em serviços de utilidade pública, além do fato daquela empresa passou “*a representar uma ameaça política à hegemonia do borgismo*”, com o que passou a se atribuir “*a defesa dos interesses sociais, isolou cada vez mais a empresa, negando-lhe os pedidos de reajustes nas tarifas e contribuindo para inviabilizá-la comercialmente*”.¹⁶

A Viação Férrea correspondeu a um espaço no qual as disputas partidárias entre o PRR e a oposição ou no interior do próprio partido, possuíam capacidade concreta de influir na política estadual, tendo em vista o poderio de seu corpo de funcionários, sobretudo em épocas eleitorais, sendo que “*em 1926 a Viação Férrea possuía 10.211 empregados espalhados por todo o Estado. Isto importava quase numa duplicação do número total de funcionários públicos*”.¹⁷ A utilização do setor ferroviário por Borges de Medeiros, não apenas em épocas eleitorais, como na obtenção de favores políticos, serviu enquanto espaço para práticas clientelistas, como na concessão de empregos a aliados seus.¹⁸ O governo borgista

¹³ Trabalhos sobre o movimento operário do Rio Grande do Sul e, em especial, sobre a greve de 1917 já foram desenvolvidos em excelentes obras, dentre as quais destaque: BODEA, s/d; FONSECA, 1993, p. 410-421; KLIEMANN, 1977, p. 159-250; PETERSEN, 2001.

¹⁴ Segundo AXT, 2001, p. 208: “*O Inspetor Geral da Companhia, Mr. Cartwright, procurando sanear a administração da ferrovia, combateu o nepotismo e a promiscuidade administrativa com as facções políticas e com a classe dirigente local, gracejando fortes antipatias. A medida traía a incompatibilidade do racionalismo gerencial norte-americano com a idiossincrasia*

lado, seus esforços para racionalizar o sistema de trabalho foram de encontro a antigas práticas obreiras, gerando resistências. (...) A decisão do gerente administrativo de transferir o escritório da empresa de Santa Maria para Porto Alegre, fugindo das pressões locais, acirrou ainda mais os ânimos”.

¹⁵ Cf. AXT, 2001, p. 211-212; BODEA, s/d, p. 57-65.

¹⁶ AXT, 2001, p. 219.

¹⁷ AXT, 2001, p. 226.

¹⁸ Conforme TOPIK 1987 p. 130: “*Os empregados da V.F. Rio*

empregou os funcionários ferroviários, inclusive, nos conflitos armados quando da revolução de 1923, quando “*mais de dois mil ferroviários foram dispensados e enviados para as frentes de combate, seguindo-se atentados nas estações de Porto Alegre, Santa Maria e Cruz Alta*”.¹⁹

Em 1918, ocorre a renúncia do intendente municipal Astrogildo de Azevedo, cujas circunstâncias são demonstrativas do papel desempenhado pelos órgãos de imprensa no espaço santa-mariense no combate aos desmandos administrativos dos intendentes municipais. Este episódio deveu-se muito a um importante articulista da imprensa de Santa Maria: Arnaldo Melo. Político e jornalista pertencente ao Partido Federalista local foi fundador em 1912, do jornal *O Federalista*, transformado posteriormente (1917) em *Correio da Serra*, órgão oficial daquele partido no município, distinguindo-se pela forte oposição que fez à política republicana, sendo constantemente censurado pela polícia e justiça local:

A liberdade de crítica no Rio Grande do Sul deve ser exercida com restrições, não podendo nunca e sob nenhum pretexto, por mais justo que seja, atingir os princípios desse partido e seus régulos de aldeia.

O censor do “*Correio da Serra*”, como todos os censores da imprensa livre, não admite que se magoe, embora de leve, as suas “*idéias*” políticas e alarga as suas atribuições a ponto de proibir que condenemos as atitudes dos homens que não exercem cargos públicos. Ou é ignorância do censor que o leva a esses atos, ou o Partido Republicano e seus filiados foram transformados em instituições oficiais, pois só dessa forma se justifica a atitude daquele (...).²⁰

crever todos esses funcionários como eleitores. Conseguiram registrar em torno de 6.700 votos. O voto em favor do governo, dos empregados da ferrovia, correspondia a 5% do eleitorado total nas eleições de 1928 e 10% da maioria. Se incluirmos as famílias e os amigos, sujeitos à influência desses homens (...), aquele grupo representava uma força política substancial”.

¹⁹ ANTONACCI, 1981, p. 93.

²⁰ *Correio da Serra*, 23/04/1926, sexta-feira, n. 2720, p. 1.

A partir do momento em que ocorria a censura feita pelo situacionismo borgista, amparada pela lei de imprensa de 1923²¹, haveria, ao mesmo tempo, um processo de reconhecimento, por parte do PRR, da capacidade e da força de convencimento simbólico de determinado órgão de imprensa opositor a sua manutenção do poder:

A malsinada lei de imprensa começa a produzir os seus efeitos “benéficos”: a servir de instrumento de perseguição contra os jornalistas da oposição. Porque a justiça não processa os rabiscadores situacionistas, tão afeitos a caluniar desbragadamente os adversários da ditadura?

(...) A imprensa republicana situacionista, não há quem o negue, tem a sua orientação e o seu prestígio firmados na maneira impatriótica como desvirtua os fatos, atirando a responsabilidade das ocorrências graves, para cima dos homens da oposição, ou procurando justificar as atitudes censuráveis daqueles que trazem na testa, como uma virtude, o dístico de governistas (...).

Colocado numa encruzilhada, o jornalista republicano segue sempre o caminho diverso do trilhado pela opinião pública, contra a qual se joga para agradar a mandões afeitos ao barbarismo e à bajulação (...).²²

Este processo de ataques e contra-ataques políticos, de constantes retaliações ideológicas na imprensa, revelam a luta simbólica²³ pelo monopólio da legitimação no espaço social e no campo político em disputa, decorre a imposição de uma visão de mundo, que se pode dar por meio do insulto de caráter pessoal ou denegrindo a ideologia adversária:

²¹ Cf. ALVES & TORRES, 1997, p. 52-57.

²² *Correio da Serra*, 28/04/1926, quarta-feira, n. 2724, p. 1-2.

²³ As lutas simbólicas constituem uma importante instância das lutas políticas propriamente ditas, ao revelar a percepção de que estas disputas políticas entre as facções partidárias do PRR em Santa Maria, além das relações concretas do mundo objetivo, desempenharam, também, suas ações no campo da produção simbólica, principalmente na utilização do poder das palavras dos jornais, sendo a imprensa utilizada enquanto instrumento de conhecimento e de construção do mundo objetivo.

O que caracteriza a imprensa republicana do Estado é a maneira quixotesca como ameaça aos que não lêem pela cartilha do sr. Borges de Medeiros.

Para os jornalistas republicanos, o direito de viver debaixo do céu rio-grandense, só pertence àqueles que obedecem a orientação do Partido Republicano, cujo chefe, generosamente, tolera os seus inimigos de crenças. Para os outros, e especialmente para os oposicionistas, existe o estrangeiro, o exílio, o suicídio obrigatório ou, como último recurso, aderir às idéias impatrióticas que desgraçam, há trinta e tantos anos, o nosso estremecido Estado. Se encontrar um obstáculo, uma idéia arraigada, um convencido do seu ideal, então o jornalista republicano apegar-se ao estado de sítio e com esse ultrajante meio de base aos governos impopulares, ameaça à liberdade dos oposicionistas (...). Pela prática seguida pelas autoridades públicas da infeliz gleba rio-grandense, o estado de sítio, além de outras utilidades, serve também para impedir que os adversários do governo se defendam perante os seus concidadãos, das acusações e processos em que se acham envolvidos (...).²⁴

O *Correio da Serra* encerrou suas atividades apenas em 1930, não sem antes haver prestado uma função política importantíssima na divulgação das problemáticas locais, ao demonstrar o ambiente político conflituoso do período, demonstrando que a leitura política era uma forma de se estar interado do que ocorria nos meandros do poder coronelista local. Este jornal, em 1918, ao criticar a política de taxaço aplicada pelo intendente Astrogildo de Azevedo aos produtos exportados de Santa Maria, seu imposto de estatística, gerou uma crise política que ganhou projeção além do município, sendo amparada pelo descontente setor comercial local, que refutava aquele imposto municipal.

Santa Maria, à semelhança de outros municípios, procurou afastar a ameaça constante de crise econômica através de impos-

tos de estatística, que se consistiam na taxaço sobre a exportação de quaisquer mercadorias produzidas no município, aliado às taxas já existentes sobre o abate e criação de gado, o predial, de veículos ou de concessão de licença a comerciantes. Borges de Medeiros não via com bons olhos esta crescente autonomia fiscal dos municípios, procurando regular a implementação destas taxas sobre as exportações municipais, o que revela o conflito de interesses existente entre a proposta fiscal do governo estadual e aquelas provenientes dos municípios.

A incompatibilidade entre as medidas tomadas pelo intendente, Astrogildo de Azevedo, e aquelas sancionadas pelo líder do PRR, Borges de Medeiros²⁵, com relação à promulgação de impostos municipais caiu como uma luva para os oposicionistas federalistas de Santa Maria, em especial para Arnaldo Melo, que realizou feroz campanha oposicionista à administração de Astrogildo. Este caso representou um ato de revelia tanto do intendente como do Conselho Municipal em relação às ordens de Borges de Medeiros, que expediu, a 7 de agosto de 1917, circulares por intermédio de Thompson Flores, Diretor Geral do Tesouro do Estado, aos intendentes “*para que a tributação em questão fosse uniformizada em todo o Estado*”²⁶. Porém, Astrogildo de Azevedo sequer convocou o conselho municipal para apresentar a circular do chefe do seu partido e do poder executivo estadual.

A querela em torno das decisões do intendente sobre o imposto tomou vulto quando afetou os interesses dos membros do PRR deixados de lado quando da sua administração municipal, motivando a cons-

²⁵ “(...) *nosso sistema tributário, que não mais repousa sobre o obsoleto e anticônômico imposto de exportação, mas tem por centro o imposto sobre a terra*”: extraído do discurso de posse de Borges de Medeiros, em 25 de janeiro de 1918, transcrito pelo *Correio da Serra*, 30/01/1918, n. 177, p. 1, sob a manchete: “Pontos de vista: O intendente de Santa Maria contra o Presidente do Estado”.

²⁶ “O imposto de estatística: uma entrevista com o sr. dr. Pequeno D’Azevedo” – *Correio da Serra*, 03/01/1918, n. 154, p. 1. O entrevistado era um advogado que, juntamente com João Bonumá, moviam ações contra a intendência de Santa Maria tendo em vista a inconstitucionalidade do imposto.

²⁴ *Correio da Serra*, 29/04/1926, quinta-feira, n. 2725, p. 1.

tituição de uma facção oposicionista ao intendente dentro do seu próprio partido. Como essa facção não possuía nenhum órgão de imprensa para fazer críticas diretas ao intendente, passou a ver com bons olhos os ataques promovidos pelo *Correio da Serra*, em inúmeros artigos que teciam graves críticas a propósito das incoerências da lei orçamentária municipal e sobre a administração intencional. Enquanto isso, o *Diário do Interior*, órgão oficial do PRR na cidade, passou a fazer “vistas grossas” aos ataques realizados contra o intendente, ausentando-se ao caso, não acusando o mandatário local nem o defendendo com a veemência ou com as possibilidades com as quais poderia.

A ausência de um órgão de propaganda na imprensa local acarretou uma carência, no embate político, para o intendente Astrogildo de Azevedo, que impossibilitou sua defesa pública contra seus desafetos, deixando-o a mercê daqueles que o atacavam. Ele e o grupo que o apoiava, se encontravam sem meios para contra-argumentar as acusações que lhe eram feitas, ao permanecer sem voz na imprensa. Um fato ilustrativo deste “aparente” descaso do PRR local em relação à defesa do seu intendente revela-se pela reação tomada quando da determinação de ganho de causa na justiça do jornal *Correio da Serra*, em uma ação movida pelo intendente, Astrogildo de Azevedo, contra aquele jornal local, devido às constantes acusações que dele sofria. Ocorre, então, que a sentença promovida pelo juiz distrital da comarca de Santa Maria, Carlos Alberto Ribeiro Tacques, ligado ao PRR, dá ganho de causa para o jornal federalista.²⁷ Esta resolução judicial comprovou para Astrogildo seu isolamento no interior do partido:

A desmoralização do nosso foro vai atingindo proporções intoleravelmente escandalosas.

É impossível prever o que estará ainda para se dar nos domínios da desprestigiadíssima justiça desta terra. Ninguém mais respeita os tribunais.

Meirinhos, escrivães, advogados, vivem a matróca, ridicularizando os magistrados. O Juiz Distrital imprime, por vezes, caráter divertido aos atos jurídicos, graças a extravagância e puerilidade de seus despachos. É um desequilibrado.

O da Comarca perde cada vez mais autoridade, alvejado pelo Superior Tribunal em repetidos acórdãos repletos de censuras deprimentes e de observações humilhantes.²⁸

Não contente em relatar a situação calamitosa do poder judiciário em Santa Maria, o intendente Astrogildo de Azevedo ilustra, em pedido a Borges, que “*é oportuno o momento para a retirada do Juiz Distrital*”.²⁹ Astrogildo, em encontro com Borges de Medeiros, deste ouve a alegação de “*que não interviria de modo nenhum nessa questão, deixando-a entregue ao julgamento do poder competente, contra cuja decisão não poderá ir*”.³⁰ Posteriormente, e de um modo estratégico, no momento em que a situação do intendente tornava-se crítica, decisões judiciais proferidas pelo Juiz Distrital, da Comarca e do Superior Tribunal do Estado, dão aval à Intendência Municipal de Santa Maria em executar a dívida dos comerciantes de Santa Maria em débito com a Intendência.³¹ O combate ao intendente englobou também o setor comercial da cidade, principalmente com a perseguição perpetrada pela sua facção partidária em relação à pessoa de Luis de Abreu Valladares, chefe do Posto Fiscal de Santa Maria:

²⁸ Carta de Astrogildo de Azevedo a Borges de Medeiros (n. 8072, SM, 05/10/1917 – ABM/IHGRS).

²⁹ Carta de Astrogildo de Azevedo a Borges de Medeiros (n. 8077, SM, 04/12/1917 – ABM/IHGRS).

³⁰ “O imposto de exportação: a conferência do dr. Astrogildo com o sr. Presidente do Estado”. *Correio da Serra*, 07/02/1918, n. 184, p. 1.

³¹ “Pelo fôro”. *Diário do Interior*, 07/07/1918, n. 156, p. 1.

²⁷ “O processo do ‘Correio da Serra’: a sentença do dr. Ribeiro Tacques” – *Correio da Serra*, 01/02/1918, n. 179, p. 1.

Com a devida vênia de V. Exa., ousou escrever-vos, apelando para os vossos sentimentos de justiça na campanha de hostilidades que me está sendo feita por dois instrumentos do Dr. Astrogildo de Azevedo que, segundo versões correntes, deseja arredar-me daqui para colocar o Snr. Adolpho Haussen, parente d'uma sua cunhada (...).

Perseguição a um companheiro do próprio partido de que é um dos próceres o Dr. Astrogildo, é um contra-senso que só se justifica pelo interesse que tem de colocar um amigo e parente, o Snr. Adolpho Haussen.³²

O chefe do Posto Fiscal de Santa Maria encontrou apoio na pessoa do coronel Jeronimo Gomes (então presidente da Associação Comercial de Santa Maria), “*que renunciou a presidência devido à pressão que o Dr. Astrogildo fizera*”³³, assim como em um indivíduo da confiança de Borges em Santa Maria³⁴, além de parte do setor ferroviário (encabeçada pelo gerente da Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Viação Férrea, Manoel Ribas), bem como pela Coligação Comercial dos distritos de Silveira Martins, Colônia e São Pedro e na Sociedade União dos Caixeiros Viajantes.³⁵

O principal núcleo de apoio a Astrogildo de Azevedo procedia da Associação dos Pecuaristas de Santa Maria, da qual era presidente, sobretudo devido ao fato da taxaço sobre o gado, segundo a lei orçamentária municipal, ser de 2% por cabeça, em contraposição aos comerciantes que pagavam 10% sobre o valor de seus artigos.³⁶ A

crise política levada à frente pela imprensa local contra Astrogildo de Azevedo acentua-se quando da visita a cidade do Ministro do Interior e Justiça, o santa-mariense Carlos Maximiliano que, ao contrário do que esperava o intendente, manifestou aversão às problemáticas de sua administração. O intendente, atormentado com sua situação, não aceitou com bom grado tal “desconsideração”, haja vista Astrogildo ter organizado recepções e banquetes em sua homenagem:

(...) o ministro respondeu ao meu brinde dirigindo-se aos correligionários presentes sem a mais leve referência a minha pessoa. Ao Correio da Serra, jornal adverso, editor diário de ferozes ataques a minha administração e a minha chefia, o Dr. Maximiliano concedeu uma entrevista, dirigindo aos seus redatores expressões elogiosas e melífluas.³⁷

O confronto entre Astrogildo e Carlos Maximiliano acentua-se quando surge na imprensa do Rio de Janeiro, no Jornal do Comércio, a transcrição de uma matéria do *Correio da Serra* de 22 de março de 1918, descrevendo com traços caricatos e de escárnio a tal recepção, com o que o intendente de Santa Maria, revelando as adversidades existentes no interior do PRR local, conclui que:

É inverossímil que alguém daqui tivesse mandado estampar aquela transcrição nas colunas pagas do grande órgão carioca. Certamente também na Capital Federal ninguém teria interesse em reproduzir a notícia aludida. Em considerados os antecedentes, evidencia-se que só o Ministro da Justiça poderia ter determinado essa publicação e por conta dos cofres públicos. Revelam-se, assim mais uma vez as pretensões futuras do nosso ambicioso patricio.

³² Carta de Luiz de Abreu Valladares a Borges de Medeiros (n. 8085, SM, 25/05/1918 – ABM/IHGRS).

³³ *Idem a anterior*.

³⁴ Carta de Abelino Vicira a Borges de Medeiros (n. 8089, SM, 24/07/1918 – ABM/IHRS).

³⁵ Anexos 1 (“*O inquérito no posto fiscal: renúncia do presidente da Praça do Comércio*”), 2, 3 (“*O caso do Posto Fiscal: quatro documentos esmagadores*”), 4 (“*Os funcionários ferroviários e a União dos Viajantes*”), 5 (“*O inquérito do posto fiscal*”) e 6 (“*Governo de parentela: as queixas do dr. Cezar*”) a carta n. 8085, de Luis de Abreu Valladares a Borges de Medeiros (SM, 25/05/1918 – ABM/IHGRS).

³⁶ Requerimento do subintendente do 6º. Distrito, São Martinho, Justino Pereira dos Santos, datado de 10/04/1918. Fundo Intendência Municipal, T. 209, data: 1918-1919, caixa n. 36 – Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

³⁷ Carta de Astrogildo de Azevedo a Borges de Medeiros (n. 8084, SM, 30/04/1918 – ABM/IHGRS) e: “*O Ministro da Justiça concede nova entrevista ao ‘Correio da Serra’: S. Ex. condena o imposto Astrogildo*”. *Correio da Serra*, 30/04/1918, n. 253, p. 1.

Santa Maria é a chave da região serrana e de uma larga zona de interior e fronteira do Estado. Nossos jornais circulam antes dos de Porto Alegre, quase toda a rede ferroviária, de Cachoeira em diante. Ocupamos um centro de incalculável valor estratégico como base de operações para um político de vastas ambições e pequenos escrúpulos estender os tentáculos de sua propaganda pessoal e sorrateira (...). Essa fúria de galgar posições eminentes sem bases na moral, nem no critério, ainda muito dará que falar desse aventureiro do Rio Grande do Sul.³⁸

A gota d'água a determinar o destino do intendente de Santa Maria se daria com o empastelamento do jornal *Correio da Serra* e na tentativa de assassinato de seu proprietário, Arnaldo Melo, sucedidos na madrugada de 8 de julho de 1918. Quando desse assalto, foram mortos dois invasores e ferindo gravemente o soldado da Brigada Militar, Martin Vidal, sob as ordens de Raul Soveral, subintendente e delegado de polícia de Santa Maria, fazendo com que o atentado repercutisse em âmbito estadual.³⁹ A partir da ocorrência deste fato, o PRR local fracionou-se em dois grupos bem distintos, um francamente majoritário, comandado pelo coronel Ernesto Marques da Rocha, em oposição à facção minoritária, liderada pelo coronel Ramiro de Oliveira. A franca decadência deste grupo deveu-se, em muito, à polêmica causada em torno do caso de revogação do testamento de Edwiges Braga, cujo beneficiário seria primeiramente Ramiro de Oliveira, sendo em seguida substituído pelo subintendente Volenciano Coelho e outros elementos. Este caso acaba indo aos tribunais, quando o advogado Arthur Verney, ao revogar o testamento, não consegue receber os honorários por parte de sua referida cliente; tendo, então, que recorrer ao juízo para receber a quantia estipulada em 80 contos de réis de sua antiga

cliente, ocasionando que, em 31 de março de 1919:

foi representada pelos advogados Heitor Pereira de Nonohay e Pelágio Pereira de Almeida. Em audiência, Verney foi inquirido por Heitor de Nonohay sobre tão alta cobrança de honorários, a que este respondeu lembrando o caso em que o próprio Nonohay teria sido acusado de “rapinagem” por seus vencimentos. A resposta foi considerada extremamente ofensiva por Nonohay e a sessão suspensa.⁴⁰

A resposta a essa provocação foi trágica, ocorrendo o assassinato de Verney por Nonohay logo após o término da sessão. Este último foi preso em flagrante e, apesar da presença de inúmeras testemunhas, foi absolvido por o haver considerado, tanto o Tribunal do Júri de Santa Maria, quanto o Superior Tribunal do Estado, “*inocente o indivíduo em estado de completa privação dos sentidos e inteligência*”.⁴¹

Por trás deste episódio de caráter aparentemente pessoal, emerge um cenário maior a revelar disputas no campo judiciário local, com a existência de um grupo propenso a procurar alianças externas ao âmbito político do PRR, ao qual era alinhado o advogado Arthur Verney, rábula de origem obscura e sem filiação partidária, que estava sendo mais requisitado que os doutores locais. Este grupo era compreendido por elementos que pretendiam obter visibilidade e reconhecimento por sua origem menos abastada, recebendo a alcunha de “*Mão Negra*”. Seus opositores, denominados como “*juristas do bloco*”, eram detentores de títulos e com ligações permanentes com a tradicional elite política local, da qual fazia parte o assassino Heitor de Nonohay, irmão do poderoso coronel do PRR local, Pelágio de Almeida.

Este caso provocou grande repercussão a nível local, devido ao confronto aberto nas páginas dos jornais oposicionistas à po-

³⁸ Carta de Astrogildo de Azevedo a Borges de Medeiros (n. 8084A, SM, 06/05/1918 – ABM/IHGRS).

³⁹ Conferir o jornal porto-alegrense *Correio do Povo*, de 18/07/1918, p. 1.

⁴⁰ MERG, 2002, p. 320-321.

⁴¹ *Idem a anterior*, p. 321.

lítica do PRR no município, com o *Correio da Serra*, órgão do Partido Federalista, assumindo a defesa de Heitor de Nonohay, e o jornal *Gaspar Martins*, órgão parlamentarista e crítico das alianças federalistas com dissidentes republicanos, assumindo a defesa do grupo minoritário. Estes dois jornais, como os demais de Santa Maria, apresentavam temáticas de esclarecimento ou de convencimento político, em debates acirrados com feições polemistas, assim como doutrinário em seus editoriais. Em suma, disputavam um terreno que servia de base às lutas simbólicas pelo poder local, contendo variados aspectos de cunho cultural que comportam o *habitus* específico de determinado espaço social, permeado pelo coronelismo e aproveitado pelo partido político dominante.⁴²

O jornal *Gaspar Martins*, importante na análise da história política local, surgiu em novembro de 1903, auto-intitulando-se “*órgão parlamentarista*”, existiu até a morte, em 1927, de seu proprietário e único articulista, Júlio Magalhães, antigo redator do jornal porto-alegrense *A Reforma*, e seguidor fiel de Silveira Martins.⁴³ Com periodicidade a princípio quinzenal, passou a ser semanal, circulando nas segundas-feiras. Atuou de forma persistente, influenciando e combatendo as práticas políticas situacionistas e mesmo as opocisionistas em Santa Maria, “*muitas vezes discordando de seu partido por divergências oriundas de princípios políticos, Júlio Magalhães viu-se desamparado por seus correligionários*”⁴⁴.

Nestes últimos 20 anos a imprensa tem sido a poderosa auxiliar dos males da Pátria ou do povo e já é bem raro ver-se um jornal partidário falar a linguagem da verdade e protestar contra os abusos, as violências e os crimes dos governantes, se esse jornal é do partido do governo, como

é raro ver-se um jornal da oposição fazer justiça ao adversário e censurar os seus correligionários que cometem faltas, abusos ou indignidades (...).⁴⁵

As representações das lutas políticas em Santa Maria, tornadas visíveis por meio das páginas dos jornais do período, revelam a correspondência do elemento simbólico do texto para com o contexto histórico, de modo que “*só é possível decifrar a representação através da articulação texto/contexto*”, sendo que “*não se pode abandonar a idéia da totalidade para estabelecer a compreensão de um texto*”.⁴⁶

Se fosse possível saber-se quanto os cofres públicos da Nação e dos Estados dependem com alguns jornais, ver-se-ia que os que estão de armas na mão, fazendo revoltas ou masorcas, não são mais prejudiciais à Pátria do que esses jornais que incensam déspotas e tiranos, que mentem, que insultam, que injuriam e caluniam para ganhar a vida faustosa que gozam.

É possível saber-se quanto os governos gastam com os seus exércitos, as suas justiças, as suas agriculturas, as suas estradas de ferro, as suas escolas, etc., etc., mas com os jornais que defendem incondicionalmente todos os seus atos ilícitos, imorais e criminosos não se pode saber porque tais pagamentos são feitos pela verba secreta.⁴⁷

Outro momento em que os jornais locais desempenham função importante na compreensão das lutas políticas locais ocorre entre 1925 e 1926, ocasião na qual o PRR local cindiu-se de tal maneira a ocasionar a cassação do intendente municipal, Carlos Alberto Ribeiro Tacques. Sua elevação ao cargo de intendente de Santa Maria em 1925, mesmo sendo um elemento sem muito prestígio na cena política local, deveu-se ao fato de estar amparado pela facção lide-

⁴² Cf. BOURDIEU, 1989, p. 199: “*Pode-se dizer, indiferentemente, que certos habitus acham as condições da sua realização, e até mesmo do seu desenvolvimento, na lógica do aparelho [partidário]; ou, inversamente, que a lógica do aparelho “explora” em seu proveito as tendências inscritas nos habitus*”.

⁴³ BELÉM, 2000, p. 238-239; RECHIA, 1999, p. 121-122.

⁴⁴ RIBEIRO, 1992, p. 110.

⁴⁵ *Gaspar Martins*, 30/03/1925, segunda-feira, n. 22, p. 1.

⁴⁶ PESAVENTO, 1995, p. 17-18.

⁴⁷ *Gaspar Martins*, 13/07/1925, segunda-feira, n. 37, p. 2-3.

rada pelo coronel Ernesto Marques da Rocha, que sobrepujou a sua adversária de modo a cooptar para si os ocupantes dos principais postos públicos do município, legando aos seus adversários, liderados pelo coronel Ramiro de Oliveira, praticamente o ostracismo político.

A facção majoritária cria o jornal *O Castilhistas*, em 14 de fevereiro de 1925, como que um atestado do poderio do grupo encabeçado por Ernesto Marques da Rocha, enquanto órgão da campanha eleitoral acirrada que se avizinhava, propagandista das virtudes de Tacques e espezinhador dos elementos da facção adversária. *O Castilhistas*, passa a atacar a candidatura de Augusto José de Seixas, deslegitimando-a perante o eleitorado através de uma forma de violência simbólica, ao intitular aquele grupo como dissidente, encobrendo as relações de poder que conduziam os agentes no espaço social:

A diretriz do nosso jornal: (...) Esforçar-nos-emos pelo bem geral, defendendo não só os nossos companheiros, porventura injustiçados dentro do próprio partido, como todas as causas que nos parecerem justas.⁴⁸

IMPRESA, restaurant do espírito, onde o leitor-gourmet quer diariamente que lhe sirvam pratos variados e apetitosos. Se se esgotou o cardápio, será bom maitre d'hotel o que tenha sempre a mão os ovos dos boatos para uma omelete a minuta.⁴⁹ (...) a disciplina partidária não implica a alienação da personalidade, quando essa disciplina é consciente como a dos republicanos rio-grandenses, sob a chefia criteriosa de um Borges de Medeiros. Nela resiste a força do partido republicano, que, disciplinado e coeso, se tem saído sempre com galhardia das lutas procelosas a que o tem arrastado seus adversários (...).⁵⁰

Quando das eleições de 22 de fevereiro de 1925, o PRR local fracionou-se, lançando dois candidatos ao pleito: Ribeiro

Tacques pela facção majoritária e o coronel Augusto José de Seixas, sustentado pela facção minoritária. Esta cisão, a princípio, fora abençoada por Borges, já que o poder que certo grupo pudesse obter era tolerado desde que não ameaçasse diretamente sua autoridade. Todavia, a facção do PRR em Santa Maria que amparava Tacques procurou se desvencilhar da autoridade borgista, como a ratificar sua perda de controle sobre um dos mais importantes municípios gaúchos, o quarto em população, possuindo um sólido setor comercial impulsionado pela presença de distritos de colonização européia, a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, sendo o principal entroncamento das linhas ferroviárias do estado e sede da administração da Viação Férrea.

Quando as disputas entre facções pudessem desestabilizar o PRR ou constrangê-lo perante as oposições, logo haveria a intervenção borgista para aplacar o conflito através da exigência da renúncia do intendente ou do conselho municipal. Todo coronel que não fosse ao encontro de seus ditames tão logo sofreria as conseqüências por seu atrevimento, como revela o difundido diálogo entre Borges e um intendente municipal chamado a Porto Alegre, que, coagido perante o chefe, tenta começar a explanação: - *Eu penso...* Sendo bruscamente interrompido por Borges: - *Tu não pensas! Quem pensa aqui sou eu! Tu pensas o que eu penso e faz o que eu mando!* Outra lenda borgista conta que um intendente - seria o mesmo? - ao tentar obter empréstimo para um projeto de obras públicas, sem a prévia concordância do líder, recebe o lacônico e incisivo telegrama: - *Renuncie pt segue intendente provisório.*

Contudo, nem sempre foi assim. Após a guerra civil de 1923, o borgismo sensivelmente sofreu um revés, por meio das cláusulas inseridas no Pacto de Pedras Altas que pôs fim ao conflito. Dentre as quais destaca-se o término das constantes nomeações de intendentes provisórios, ou provisórios-permanentes, pois costumavam se eternizar no poder. Alguns intendentes, acreditando-

⁴⁸ *O Castilhistas*, 14/02/1925, n. 1, p. 1.

⁴⁹ *O Castilhistas*, 09/05/1925, n. 17, p. 2.

⁵⁰ *O Castilhistas*, 24/07/1926, n. 82, p. 3.

se seguros pela nova legislação, tinham re que estavam libertos da coação borgista. Ledo engano...

Com a vitória de Tacques, inicia-se às perseguições políticas entre seus correligionários; com o que os membros da facção minoritária pedem auxílio a Borges de Medeiros tendo em vista o grau de arbitrariedades praticadas contra eles. Borges de Medeiros, não vendo com bons olhos o poderio da facção majoritária constituída pela maior parte dos coronéis locais e altos funcionários ferroviários, esperava uma oportunidade em que pudesse desmoralizar este grupo político que ameaçava escapar ao seu poder de mando. A ocasião surge no início de 1926, quando vêm à tona as improbidades administrativas que possuíam a conivência do intendente, como de parte de seus aliados, consistindo na compra de um prédio pelo governo estadual intermediado pelo município por um valor muito mais elevado daquele que o imóvel valeria; a instalação de luz elétrica em um distrito, Silveira Martins, que, devido à fraude eleitoral, determinou a vitória da facção majoritária; além do exercício da advocacia pelo intendente contra os interesses do município na demarcação territorial do distrito de São Martinho.

Estes escândalos tiveram repercussão a nível estadual, já que os jornais locais o divulgaram amplamente, inclusive aqueles anteriormente posicionados a favor do intendente, proporcionando que o dissídio local assumisse proporções de um escândalo político de caráter regional, desdobrando-se em um campo político mais amplo. Borges de Medeiros, por sua vez, soube tirar proveito da questão ao responsabilizar pelos escândalos apenas o intendente de Santa Maria, provocando sua derrocada política. Uma das principais funções de um escândalo político é, exatamente, minar os fundamentos do poder público precisamente porque pode destruir recursos vitais de sustentação política: sua reputação, respeitabilidade, bom nome e credibilidade; além de enfraquecer sua capacidade de persuadir e influenciar outros políticos e seu eleitorado.

Convém lembrar que “os escândalos políticos não são apenas tragédias pessoais: eles são também lutas sociais que são travadas no campo simbólico”⁵¹; isto é, são lutas travadas no interior de um campo competitivo de relações sociais e composto por instituições ou indivíduos na obtenção de capital simbólico. Os escândalos políticos são “acontecimentos situados que estão sempre inseridos em contextos sócio-econômicos específicos e envolvem sempre indivíduos e organizações particulares”, de modo que cada escândalo possui suas especificidades, pois não afetam apenas “os indivíduos cujas ações se tornam o objeto de escândalo, mas também os indivíduos que, através de seus próprios atos e falas, revelam e divulgam essas ações e expressam sua desaprovação para com elas”.⁵²

Nos conflitos políticos de 1926, O *Diário do Interior*, como órgão oficial do PRR local, era favorável à permanência do intendente Ribeiro Tacques no seu cargo, publicando, inclusive, os seus manifestos de defesa. O *Correio da Serra*, criticou duramente a escolha de Ribeiro Tacques para intendente municipal, manifestando grande apreço pelas dificuldades políticas internas que seus adversários do PRR vivenciavam naquele momento. O *Castilhista*, criado para ser o órgão de campanha de Tacques à Intendência, muda seu discurso, passando a ser favorável à cassação daquele intendente, engrandecendo a postura do PRR como a de um partido que prima pela “sua grandeza, sua disciplina e seu programa”.⁵³ Este jornal, outrora consagrado como pertencente a apenas uma facção do PRR santa-mariense e não como representante oficial da totalidade partidária, também foi vítima das circunstâncias que insuflou, pois graças aos dissídios partidários locais, pereceu de inanição:

Como sempre, procuraremos corresponder com lealdade e dedicação a boa vontade dos nossos correligionários e ami-

⁵¹ THOMPSON, 2002, p. 31.

⁵² THOMPSON, 2002, p. 107-108.

gos, que nos honraram com a sua confiança e amizade, assim como saberemos combater não só os adversários, com a costumada nobreza e energia, como as apostasias, ambições, veleidades e traições dos falsos republicanos, que são os piores inimigos.⁵⁴

Todo jornal partidário, que não tiver o auxílio oficial direto, franco, decidido, dificilmente conseguirá manter-se. E “O Castilhistas”, que é publicado nesta terra, onde o nosso partido está, há muito, completamente anarquizado, esfacelado, reduzido a diversos grupos, sacudidos por pequeninos despeitos, ao sabor de vaidades e ambições mal contidas, não tem e não poderia mesmo ter, o necessário apoio material (...). Controvérsias sempre surgem do entrechoque proveniente de credos diversos, que representam personalidades ingressadas clandestinamente na nossa comunhão política, ao serviço da conhecida fórmula – “dividir para governar” (...).⁵⁵

Este grupo tomou algumas atitudes que desagradaram ao afrontado Borges, como a criação do jornal, *O Castilhistas*, a combater e difamar os rivais de Tacques. Somam-se a esse fato as perseguições perpetradas aos seus opositores, a jornais, políticos e jornalistas adversários, além de um aumento de 20% na tributação sobre o comércio da cidade, aliado a proibição de seu funcionamento após as 20 horas, em retaliação aos setores urbanos da economia contrários à política-econômica intendencial.

A fim de instalar uma escola, o governo estadual compra um prédio na cidade, tendo como intermediária a administração local, por um valor muito acima do aceitável, desencadeando o caso do *Sanatório Santa-Mariense*. Borges manda uma comissão para avaliar a transação, que dá parecer no sentido de ser rescindido o contrato, com o que ele concorda. O proprietário do imóvel reclama judicialmente e ganha a causa, recebendo uma indenização pelo tempo em que esteve fechado o sanatório. Borges pro-

põe a revogação do contrato e a devolução da quantia paga como primeira parcela do valor total estipulado, 330 contos de réis. Comparativamente, o orçamento anual do município era de cerca de 545 contos de réis.

Borges de Medeiros, o cacique-mór dos pagos, ao autorizar a compra, tendo Tacques como mediador em seguida absteve-se de responsabilidade em relação ao negócio, haja vista o elevado custo dele, caindo o encargo sobre os ombros dos donos do poder santa-mariense. Este processo difamatório toma impulso quando da revelação de um empréstimo de 36 contos de réis da Intendência a um coronel ligado a Tacques, para a instalação de eletricidade e telefonia no distrito colonial de Silveira Martins, que decidiu o pleito intendencial. Tacques defende-se desta acusação através de artigos publicados no jornal porto-alegrense, *Correio do Povo*, ao assegurar que recebeu o aval do Conselho Municipal, que agora lhe virava as costas, como na edição de 4 de agosto de 1926, afirmando que a realização de concorrência pública tornar-se-ia dispensável devido ao fato dos *lucros de uma empresa que disso se encarregasse seriam tão pequenos que não animariam ninguém a empregar nela o capital necessário*.

Outro escândalo deveu-se ao fato de Tacques ter assumido, como advogado que era, no início de seu mandato, uma causa de demarcação e divisão de terras no 6º distrito de Santa Maria, São Martinho, sem saber que a própria Intendência era, enquanto pessoa jurídica e pública, interessada em tal processo, como confrontante e como condômina. Esta sua irresponsabilidade em não conferir os autos do processo, advogando uma causa contra os interesses do município, fez com que toda a oposição o criticasse asperamente pela desatenção. Com estas revelações, Tacques é pressionado a renunciar ao seu cargo, recusando tal hipótese categoricamente; mesmo sendo constituída uma comissão executiva do PRR em Santa Maria, como um poder paralelo a constrangê-lo a aceitar a resolução borgista.

Como o intendente ousou sublevar-se das curtas rédeas pelas quais eram manti-

⁵⁴ *O Castilhistas*, 14/07/1927, n. 112, p. 1.

⁵⁵ *O Castilhistas*, 24/09/1927, n. 122, p. 1.

dos submissos os servos da gíria borgista inicia-se, então, a coleta de assinaturas, por parte dos membros da comissão executiva, a possibilitar que a petição de cassação do mandato fosse dirigida ao Conselho Municipal, que estabeleceria uma data para o pleito que decidiria sobre o processo de invalidação de seu cargo. Realizada a eleição em 5 de setembro de 1926, a votação foi mínima, obtendo Tacques apenas 188 votos, longe do mínimo necessário para manter-se em seu cargo, que era de 763 votos, de um total de 5275 eleitores. Devido às constantes intimidações, em Silveira Martins, colônia italiana, reduto eleitoral de Tacques, a eleição não ocorre, devido ao não comparecimento dos mesários das seções eleitorais...⁵⁶ Estes fatos que acarretaram o fim da sua vida partidária, não concluíram sua vida pública. Ribeiro Tacques, além de poeta e teatrólogo continuou a advogar e a exercer o cargo de inspetor estadual de ensino, dedicando-se ao ofício de jornalista, com colunas literárias e políticas em vários jornais.

Assim, reconhecer o poder simbólico dos jornais torna-se um meio para se compreender o poder político de certa sociedade, e o modo como as representações no espaço social tornam-se armas de combate entre grupos opostos e concorrentes, pela busca de legitimidade. De tal modo, torna-se necessário perceber que a imprensa constrói ativamente o mundo em que vivemos e as representações que dele possuímos, sendo que o *“real não é o que ocorre é o que é narrado pelos meios de comunicação de massa e como é narrado. A revelação é que torna o fato real. (...) Os partidos, os governos e os fatos políticos só existem pela via dos meios de comunicação”*.⁵⁷

Enquanto fonte, a imprensa tornou-se uma vertente muito rica para a pesquisa

histórica, tendo em vista o seu caráter dialético, enquanto fruto de uma ideologia e um instrumento de ideologização. Sendo os periódicos santa-marienses meios de expressão de grupos de pressão política e econômica ao nível local, concluímos que a imprensa deve ser vista como produtora de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos, apresentando-nos um panorama abrangente do contexto da época, por meio de jornais partidários que expressassem sua condição de classe e reivindicações políticas, oferecendo às distintas tendências político-ideológicas um espaço para a propagação de seus conflitos.

Ao analisar através da imprensa os conflitos políticos locais a construir verdadeiros espaços simbólicos a compor a identidade de um grupo, torna-se necessário observar que as formas simbólicas de percepção de si e do outro por meio dos jornais, apresentavam-se enquanto dimensões da realidade que não proporcionavam necessariamente correspondência direta com o real. Essas representações revelavam, na realidade, o modo como os personagens envolvidos naquelas lutas políticas interpretavam sua realidade presente e específica, em suas lutas por prestígio e poder político, cujos elementos possuíam a propriedade de cimentar a coletividade de um grupo, legitimando-o perante outros também concorrentes ao poder simbólico de um mesmo espaço social.⁵⁸

Estas disputas simbólicas que tem como palco o campo político enquanto espaço social de produção e reprodução de relações objetivas, revelam, invariavelmente, na representação dos espaços formais de participação política, neste caso os jornais, a expressão das facções, de modo que a pretensa harmonia, ortodoxia e o respeito à

⁵⁶ BELTRÃO, 1979, p. 527-528. *O Castilhista*, n. 92, 11/09/1926, p. 2: “A consulta de 5”: “Em o 4º Distrito, Silveira Martins deixou de haver a consulta pelo fato constante do telegrama infra: Dr. Bonumá – Deixamos instalar mesa eleitoral por termos encontrado edifício designado fechado até hora marcada lei”

⁵⁸ Conforme PACHECO, 2001, p. 31: “Como momento de legitimação, as representações sociais se mostram um espaço de disputa entre os diferentes grupos com o intuito de tornar legítima a sua visão de mundo. Estabelecida esta dominância, o campo simbólico atua como um campo de exercício do poder. Um poder que não coage fisicamente, mas constrói no interior dos indivíduos os valores necessários à manutenção das estruturas sociais. justificando determinadas práticas sociais em

hierarquia partidária, postulados próprios ao mito criado em torno do PRR, tornam-se letra morta, já que “*não há empreendimento político que, por muito monolítico que possa parecer, não deixe de ser lugar de defrontações entre tendências e interesses divergentes*”.⁵⁹

Ao analisar fontes de imprensa enquanto manancial para a pesquisa histórica, não se estará encarando-as como fontes de informação histórica em si, importando realizar mediações embasadas em fontes diversas do mesmo período. As lutas políticas representadas nas páginas dos jornais, instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, são demonstrativas da efervescência das disputas partidárias na busca por poder político em Santa Maria, destacando o tratamento dado às questões de caráter local, em detrimento de outras mais abrangentes, constatando-se que “*as questões locais são as que empolgam e comovem a população. Aquelas de caráter geral entusiasma-na na falta destas*”.⁶⁰

A difusão do debate político ao nível estadual por intermédio da imprensa testemunha a força dos jornais, cujo capital simbólico baseia-se na noção de credibilidade, produzindo um efeito de veracidade, a serviço de quem escreve. As lutas políticas impressas nos órgãos de imprensa partidária nos possibilitam uma maneira mais ampla de se vislumbrar o confronto discursivo e suas representações acerca de certo campo político, estabelecendo ou desconstruindo alianças ou desavenças, criando categorias e modos de pensar, gerando uma imagem de si e do outro, como a comprovar ser a imprensa “*a válvula de expansão da caldeira onde fervem as paixões humanas*”.⁶¹

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Imprensa e História*. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 1997.

ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX*. In: *Revista Comunicação e Política*. Rio de Janeiro: CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos), v. VI, n. 1, jan.-abr./1999, p. 245-257.

AMARAL, Roberto. *Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação popular no mundo globalizado)*. In: *Revista Comunicação e Política*. Rio de Janeiro: CEBELA (Centro de Estudos Latino-Americanos), v. VII, n. 3, set.-dez./2000, p. 128-158.

ANTONACCI, Maria A. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001.

BELÉM, João. *História do município de Santa Maria: 1797-1933*. 3.ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho (1787-1930)*. 2. ed. Canoas: La Salle, 1979.

BODEA, Miguel. *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, s/d.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações*. São Paulo: DIFEL, 1990.

⁵⁹ BOURDIEU, 1989, p. 196.

⁶⁰ Carta de Julio Raphael de Aragão Bozano a Borges de Medeiros (n. 8119, SM, 21/01/1924 – ABM/IHGRS).

⁶¹ *O Castilhista*, 11/07/1925, n. 34, p. 1.

DAUDT F□, João. *Memórias*. 4. ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

FONSECA, Pedro. *Positivismo, trabalho, populismo: a ideologia das elites gaúchas*. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, ano 14, n. 2, 1993, p. 410-421.

Fundo Santa Maria – Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

KLIEMANN, Luiza. *A ferrovia gaúcha e as diretrizes de “ordem e progresso”*. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, vol. 3, n. 2, dezembro/1977, p. 159-250.

MERG, Camila Ventura. *Coronelismo e Justiça em Santa Maria*. In: *AJURIS – Revista da Associação dos Juizes de Rio Grande do Sul*. Porto Alegre – n. 86, ano XXVII, T. 1, junho de 2002, p. 318-328.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *O cidadão está nas ruas: representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1891)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

PESAVENTO, Sandra. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 15, n. 29, 1995, p. 9-27.

PETERSEN, Sílvia. *“Que a união operária seja a nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

RECHIA, Aristilda. *Santa Maria: panorama histórico-cultural*. Santa Maria: Associação Santa-mariense de Letras, 1999.

RIBEIRO, Nely. *Jornais Gráficos (RS: 1827-1900): O Jornal em Santa Maria (1883-1992)*. Santa Maria: Imprensa Universitária/UFSM, 1992.

THOMPSON, John B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TORRONTEGUY, Teófilo. *O Partido Republicano Democrático: Texto e Pretexto de uma Dissidência Liberal*. In: *Revista Sociais e Humanas*, v. 7, n. 2. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1992, p. 47-64.